

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	%	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS	3.030.380	118,5	4.782.663	112,6	814.138	102,0
1.1) Intermediação Financeira.....	3.012.653	117,8	4.706.995	110,9	685.657	86,0
1.2) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.320)	(0,1)	(5.377)	(0,1)	-	-
1.3) Outras	20.047	0,8	81.045	1,8	128.481	16,0
2 - DESPESAS DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	(467.374)	(18,3)	(527.997)	(12,4)	(6.641)	(0,8)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS.....	(7.168)	(0,2)	(12.602)	(0,2)	(13.766)	(1,7)
Serviços de Terceiros.....	(975)	-	(1.841)	-	(1.648)	(0,2)
Propaganda, Publicidade e Publicação	(135)	-	(467)	-	(247)	(0,1)
Comunicação	(48)	-	(67)	-	(12)	-
Transporte.....	(35)	-	(79)	-	(100)	-
Serviço Técnico Especializado	(1.225)	-	(3.074)	(0,1)	(9.151)	(1,1)
Materiais, Energia e Outros	(12)	-	(25)	-	(25)	-
Viagens	(88)	-	(178)	-	(254)	-
Outros	(4.650)	(0,2)	(6.871)	(0,2)	(2.329)	(0,3)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	2.555.838	100,0	4.242.064	100,0	793.731	99,5
5 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(30)	-	(44)	-	(10)	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	2.555.808	100,0	4.242.020	100,0	793.721	99,5
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA.....	993	-	4.043	0,1	3.658	0,5
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	993	-	4.043	0,1	3.658	0,5
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7).....	2.556.801	100,0	4.246.063	100,0	797.379	100,0
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	2.556.801	100,0	4.246.063	100,0	797.379	100,0
9.1) Remuneração	2.104	0,1	3.705	0,1	3.162	0,3
Proventos.....	1.209	0,1	2.117	0,1	1.767	0,2
Benefícios	448	-	839	-	780	0,1
FGTS	176	-	265	-	221	-
Outros	271	-	484	-	394	-
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições.....	365.853	14,3	1.095.358	25,8	(1.119.877)	(140,4)
Federal.....	365.399	14,3	1.090.090	25,7	(1.121.360)	(140,6)
Municipal.....	454	-	5.268	0,1	1.483	0,2
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros.....	241	-	452	-	482	0,1
Aluguéis	241	-	452	-	482	0,1
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	2.188.603	85,6	3.146.548	74,1	1.913.612	240,0
Lucro Líquido do Período.....	388.603	15,2	1.346.548	31,7	1.913.612	240,0
Juros sobre o Capital Próprio	1.800.000	70,4	1.800.000	42,4	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (anteriormente denominado Banco BERJ S.A.) (BERJ ou Instituição), instituição financeira integrante da Organização Bradesco, tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades. O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de outubro de 2012, deliberou converter 15.431.569.341 ações preferenciais em ações ordinárias e pela extinção do Conselho de Administração em razão do cancelamento do registro de Companhia Aberta. Deliberou ainda, o aumento do capital social em R\$ 23.000.000 mil, passando-o de R\$ 4.227.315 mil para R\$ 27.227.315 mil, mediante emissão de 11.179.462.452.560 novas ações ordinárias, ao preço unitário de R\$ 0,002057344. Homologado pelo Bacen em 9 de outubro de 2012.

A Assembleia Geral Extraordinária em 10 de outubro de 2012, deliberou novo aumento de capital social no valor de R\$ 23.000.000 mil, passando-o de R\$ 27.227.315 mil para R\$ 50.227.315 mil, por meio de emissão de mais 11.179.462.452.560 novas ações ordinárias, ao preço unitário de R\$ 0,002057344. Nesse mesmo evento, também foi deliberado o grupamento das ações na proporção de 150.000.000 por uma. Em consequência, o capital social do BERJ passou a ser representado por 149.300 ações ordinárias. Homologado pelo Bacen em 10 de outubro de 2012.

Em 15 de agosto de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta da Diretoria para alterar a denominação social de Banco BERJ S.A. para Banco Bradesco BERJ S.A., homologada pelo Bacen em 28 de agosto de 2013.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para fins de contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros, além de outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera

a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversões das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos Artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 26.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o princípio da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizeram parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano e móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano, e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

continua...

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Total			
	2013	%	2012	%
Setor privado				
Serviços.....	1.670.834	99,9	1.418.612	100,0
Transportes e armazenagens.....	8	-	-	-
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços	1.569.272	93,8	1.418.612	100,0
Holdings, atividades jurídicas e contábeis..	101.223	6,1	-	-
Construção civil	331	-	-	-
Pessoa física.....	2.195	0,1	-	-
Total	1.673.029	100,0	1.418.612	100,0

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Saldo inicial.....	-	-
Constituição de provisão	1.622	-
Saldo final (1).....	1.622	-
- Provisão específica (2).....	218	-
- Provisão genérica (3)	1.404	-

- (1) Inclui R\$ 361 mil de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9);
(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e
(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

9) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendas a receber.....	1.179	859
Diversos		
Titulos e créditos a receber (1).....	270.352	295.377
Devedores por depósitos em garantia (2).....	495.226	284.742
Impostos e contribuições a compensar (3).....	12.800	24.051
Pagamentos a ressarcir (4)	15.013	33.008
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c)	1.145.390	1.337.741
Devedores por compra de valores e bens.....	2.534	-
Outros.....	2.681	835
Subtotal de outros créditos - diversos.....	1.943.996	1.975.754
Provisão para outros créditos		
Com característica de concessão de crédito.....	(361)	-
Sem característica de concessão de crédito (5).....	(6.272)	(2.517)
Subtotal de provisão para outros créditos	(6.633)	(2.517)
Total de outros créditos.....	1.938.542	1.974.096

- (1) Inclui: (i) Precatórios emitidos pela União, decorrentes de ganhos em processos de restituição de diferenças recolhidas de outubro de 1988 a setembro de 1991, relativas a majorações das alíquotas introduzidas na cobrança do FINSOCIAL 88, conforme art. 7º e 9º da Lei nº 7.689/88 e art. 1º da Lei nº 8.147/90. Em 31 de dezembro de 2013, tais precatórios expedidos estão apresentados pelo valor de R\$ 246.204 mil (2012 - R\$ 282.226 mil), deduzido das parcelas depositadas e não liberadas em 2010, 2011, 2012 e 2013 líquidos de provisão, no montante de R\$ 3.048 mil; (ii) Precatórios oriundos da restituição da CSL/L/1988, reconhecida pela União, no valor de R\$ 9.301 mil (2012 - R\$ 10.209 mil), líquido de provisão, no valor de R\$ 370 mil; (iii) Precatório expedido pela atualização do indébito tributário relativo ao recolhimento do FINSOCIAL/1982, no valor de R\$ 8.491 mil, líquido de provisão, no montante de R\$ 337 mil; (iv) Precatórios a receber do Estado do Paraná, no valor de R\$ 2.517 mil (2012 - R\$ 2.517 mil), com provisão de 100%, referente à cessão de direitos efetuada pela CR Almeida nos autos da ação de execução impetrada pelo BERJ; e (v) Outros valores no montante de R\$ 84 mil (2012 - R\$ 425 mil);
(2) Correspondem a: (i) depósitos judiciais e recursais realizados em ações judiciais trabalhistas em curso, no valor de R\$ 6.530 mil (2012 - R\$ 6.627 mil); (ii) registro de títulos públicos depositados em juízo, como garantia de eventuais contingências cíveis, de R\$ 8.830 mil (2012 - R\$ 8.342 mil); (iii) parcelas dos precatórios oriundos do FINSOCIAL e CSL/L/1988, depositado em favor do BERJ e bloqueado pelo Juízo, no montante de R\$ 252.139 mil (2012 - R\$ 169.536 mil); (iv) valores depositados à disposição do Juízo, ou bloqueados da conta corrente do BERJ por ordem judicial, para garantia de ações judiciais cíveis impetradas contra o BERJ, os quais estão líquidos das provisões para perdas, no valor de R\$ 9.491 mil (2012 - R\$ 89.510 mil); (v) Parcelas do precatórios PRC 2004501, no valor de R\$ 2.621 mil (2012 - R\$ 1.985 mil), oriundos da ação judicial nº 000.9229248 - Ressarcimento Empréstimo Compulsório de Linhas Telefônicas, bloqueadas pelo Juízo, transferida da rubrica "Pagamentos a Ressarcir"; e (vi) Depósitos Judiciais e atualização do PIS e COFINS a recolher, competências de outubro de 2012 a novembro de 2013, no valor de R\$ 215.615 mil (2012 - R\$ 8.742 mil), sob contestação, conforme Mandado de Segurança nº 0047693-88.2012.4.02.5101 impetrado em novembro de 2012;

11) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em coligadas e controladas":

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social %	Lucro líquido ajustado	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
						Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
						2013	2012	2013	2012
Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. - EBSE	66.167	52.331	4.900	49	8.252	25.642	21.734	4.043	3.658
Total						25.642	21.734	4.043	3.658

- (1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis. Para fins de Equivalência Patrimonial foi considerado o Balanço Patrimonial de 30 de novembro de 2013 (2012 - Balanço Patrimonial de 30 de novembro de 2012).

12) IMOBILIZADO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Custo líquido de depreciação			
	Taxas	Custo	Depreciação	
Imóveis de Uso:				
- Edificações.....	4%	-	-	132
Instalações, móveis e equipamentos.....	10%	130	(19)	36
Sistema de comunicação e processamento de dados	20%	78	(15)	63
Benfeitorias.....		215	(18)	197
Total em 2013		423	(52)	371
Total em 2012		184	(15)	169

13) INTANGÍVEL

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Custo líquido de depreciação			
	Taxas	Custo	Depreciação	
Outros ativos intangíveis..	20%	288	(5)	283
Total em 2013		288	(5)	283
Total em 2012		-	-	-

14) CAPTAÇÕES

a) Depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2012, as despesas de captação somaram R\$ 6.634 mil.

b) Obrigações por operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2013, correspondia a Debêntures registradas em "Recompras a Liquidar - Carteira Própria", no montante de R\$ 18.239.925 mil e "Outros", no montante de R\$ 177.241 mil e as despesas de captação somaram R\$ 527.992 mil.

15) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por repasses

Refere-se à obrigação com a EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo, relativo ao aporte de recursos financeiros transferidos pelo Fundo Geral de Turismo, atualmente, Ministério do Turismo, atualizada pela Taxa Referencial - TR, totalizando R\$ 1.254 mil (2012 - R\$ 1.252 mil).

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

Em 31 de dezembro de 2013, as despesas de operações de empréstimos e repasses somaram R\$ 5 mil (2012 - R\$ 7 mil).

- (3) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores a compensar;
(4) Refere-se à: (i) Pagamento de débitos previdenciários, tributários e de contingências cíveis passíveis de reembolso da Conta Garantidora denominada B1, no valor de R\$ 14.919 mil (2012 - R\$ 32.914 mil); (ii) Pagamento de débito previdenciário efetuado em duplicidade, no valor de R\$ 94 mil (2012 - R\$ 94 mil); e (iii) Contribuição Social recolhida indevidamente em anos anteriores e reconhecida em juízo por meio de ação judicial transitada em julgado. O saldo é atualizado com base na variação da SELIC, com provisão para perda de 100% do saldo, de R\$ 12.960 mil (2012 - R\$ 12.700 mil), fase decisão da autoridade fazendária de que o referido crédito estaria prescrito para efetuar compensação com débitos deste Banco; e
(5) Provisão de R\$ 2.517 mil (2012 - R\$ 2.517 mil) para os Precatórios a Receber do Estado do Paraná e de R\$ 3.755 mil para os Precatórios a Receber da União.

10) OUTROS VALORES E BENS

Bens	Custo	Provisão para perda	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
			Custo líquido de provisão	
			2013	2012
Imóveis (1).....	169.819	(124.353)	45.466	51.045
Obras de arte (2)	11.362	(11.362)	-	-
Total em 2013	181.181	(135.715)	45.466	-
Total em 2012	205.941	(154.896)	-	51.045

- (1) Terrenos e edifícios, no montante de R\$ 15.898 mil (2012 - R\$ 121.872 mil), foram oferecidos como garantia de processos judiciais. O BERJ alienou 201 imóveis, mediante leilões realizados em fevereiro, outubro e dezembro de 2013. O lucro apurado foi de R\$ 15.419 mil. Em razão da venda, foi revertida a correspondente provisão para desvalorização dos imóveis vendidos, no valor de R\$ 19.279 mil. Em 17 de abril de 2013, o BERJ cedeu ao Estado do Rio de Janeiro em pagamento de dívida (Nota 17b2) 27 imóveis pelo valor contábil de R\$ 11.773 mil, ocasionando a reversão de provisão para desvalorização no valor de R\$ 7.513 mil.

Imóveis objetos de litígio judicial

O BERJ ajuizou ação judicial em face do Município do Rio de Janeiro, postulando indenização como decorrência de efeitos do Decreto Municipal nº 659/86, que limitou o gabarito do imóvel situado na Av. Nilo Peçanha/Quitanda e São José, avaliado em R\$ 24.000 mil, conforme avaliação efetuada em 2005. Caso o desfecho da ação seja desfavorável ao BERJ, o imóvel continuará sendo de propriedade do BERJ, que detém a posse e, por isso, poderá fazer uso de acordo com a legislação urbanística pertinente.

- (2) Bens declarados de utilidade pública pelo Estado do Rio de Janeiro

Acervo cultural intitulado "Coleção Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BERJ", declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação (processo administrativo E-18/001148/2000), por meio do Decreto Estadual nº 41.208, de 06 de março de 2008. O valor provável de indenização é de R\$ 11.362 mil (2012 - R\$ 11.362 mil), conforme indicado no Processo Administrativo nº E-14/1422/2009, datado de 10 de novembro de 2009. Referidas obras de arte foram valorizadas durante o regime de liquidação, gerando ganho de capital alocado no Patrimônio Líquido, no valor de R\$ 8.057 mil, líquido da provisão para tributos diferidos, de R\$ 3.133 mil. Referido ativo não foi incluído no preço de venda do BERJ, conforme item 7.4 do Edital de Venda. O BERJ ainda não foi notificado da ação de desapropriação.

Os imóveis localizados na Av. Nilo Peçanha, nº 175 - Centro - Rio de Janeiro e Av. Paulista, nº 1.853 - Centro - São Paulo, que estavam totalmente provisionados, em razão da desapropriação realizada pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Município de São Paulo, respectivamente, foram baixados, em outubro de 2012. Aguarda-se desfecho das ações judiciais de desapropriação para repasse das indenizações ao Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que tais imóveis não foram incluídos no preço mínimo de venda deste BERJ. Referidos imóveis foram baixados com os seguintes valores:

Imóvel	Valor baixado como prejuízo	Reversão de provisão para desvalorização	Reversão ganho capital e reserva de reavaliação (a)	Valor do depósito judicial (b)
Av. Nilo Peçanha, 175, Centro - RJ...	31.738	86.596	38.544	70.578
Av. Paulista, 1.853 - São Paulo	38.650	60.000	15.372	10.792
Total	70.388	146.596	53.916	81.370

- (a) Refere-se ao Ganho de Capital líquido da provisão para tributos diferidos registrados na conta Ganhos/Perda de Capital não Realizados do Patrimônio Líquido durante o regime de liquidação, em atendimento à Circular nº 2.246/92 do Bacen e parcela referente à Reserva de Reavaliação que foi constituída em 2005 e reavaliada em 2007 referente à fração correspondente à edificação e ao terreno do imóvel situado na Av. Nilo Peçanha, 175 - 27º andar, utilizado pelo BERJ (Nota 18c); e

- (b) Os depósitos judiciais foram registrados na rubrica Devedores por Depósitos em Garantia com provisão de 100%.

16) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

continua...

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS				
IV - Movimentação das provisões constituídas				
	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)	
Saldo no início do exercício de 2013.....	78	69.677	62.434	
Atualização monetária	-	-	8.306	
Constituições líquidas de reversões.....	(22)	(80)	186.041	
Pagamentos	-	-	(2)	
Saldo no final do exercício de 2013.....	56	69.597	256.779	
(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.				
c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis - responsabilidades				
A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 03 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.				
17) OUTRAS OBRIGAÇÕES				
a) Fiscais e previdenciárias				
	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012		
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	420.671	145.228		
Impostos e contribuições a recolher (1)	180.114	187.754		
Provisões fiscais (Nota 16b) (2)	256.779	62.434		
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	35.490	36.502		
Total	893.054	431.918		
(1) Inclui: (i) O saldo do Parcelamento da Lei nº 11.941/2009, no valor de R\$ 173.555 mil (2012 - R\$ 180.840 mil); (ii) saldo remanescente de débitos previdenciários oriundos do PAES, com saldo residual de R\$ 6.433 mil (2012 - R\$ 6.433 mil), transferidos para o Parcelamento da Lei nº 11.941/2009; e				
(2) Inclui: (i) Provisão para PIS/COFINS, competências de outubro de 2012 a dezembro de 2013 no valor de R\$ 239.909 mil; (2012 - R\$ 32.776 mil); Contingência Previdenciária, no valor de R\$ 13.427 mil (2012 - R\$ 13.427 mil), referente à Tomada de Contas Especiais instaurada pelo INSS; (ii) Execuções Fiscais de Diversas Prefeituras, no valor de R\$ 3.440 mil (2012 - R\$ 9.696 mil); e (iii) A provisão para pagamento do Salário-Educação, no valor de R\$ 6.535 mil, em 2012, correspondente ao Processo Administrativo nº 23034.001232/98-61, foi revertida no período face pagamento efetuado.				
b) Diversas				
	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012		
Provisão para passivos contingentes (Nota 16b) (1).....	69.653	69.755		
Valores a pagar (2)	7.130	21.573		
Outras contingências (3)	12.791	94.672		
Diversos.....	1.062	846		
Total	90.636	186.846		
(1) Provisão para passivos contingentes				
Composição da Provisão para contingências cíveis: R\$ 69.597 mil (2012 - R\$ 69.677 mil), sendo R\$ 21.079 mil (2012 - R\$ 21.079 mil) referente à ação de obrigação de fazer; R\$ 17.123 mil (2012 - R\$ 17.123 mil) relativa à ação de rescisão imotivada; R\$ 7.886 mil (2012 - R\$ 7.886 mil) relacionada à ação de execução de título extrajudicial; R\$ 5.253 mil (2012 - R\$ 4.681 mil) referente a ações relacionadas ao Sistema Financeiro da Habitação e R\$ 18.256 mil (2012 - R\$ 18.908 mil) correspondente a diversas ações cíveis relativas a danos morais, indenizações, repetições de indébitos, etc.; e				
Provisão para contingências trabalhistas, no valor de R\$ 56 mil (2012 - R\$ 78 mil).				
(2) Valores a pagar				
Inclui valor a pagar ao Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 7.130 mil, decorrente de recuperação de crédito, em atendimento à obrigação contida no item 7.3.6. do Edital de Venda do BERJ.				
Por força do Termo de Ajuste de Contas celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e o BERJ, em 17 de abril de 2013, o valor da obrigação do BERJ, de R\$ 21.573 mil, em 2012, foi integralmente quitado, mediante a: (i) compensação com direitos a receber do ERJ, relativos a aluguéis e encargos a receber, no valor de R\$ 5.866 mil; (ii) pagamento do BERJ ao ERJ, nos termos da cláusula 7.3.9. do Edital de Vendas de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do BERJ S.A. - em Liquidação Ordinária, de R\$ 11.773 mil (Nota 10); e (iii) pagamento em espécie, no valor de R\$ 3.934 mil.				
(3) Outras Contingências				
Inclui: (i) Valor a pagar aos credores habilitados durante o regime de liquidação deste Banco, de R\$ 8.517 mil (2012 - R\$ 8.593 mil); e (ii) Depósitos judiciais efetuados pelos entes Estado do Rio de Janeiro e Município de São Paulo, no montante de R\$ 81.370 mil, em razão da desapropriação de imóveis, objetivando a imissão na posse. Por força do item 7.4.3. do Edital de Venda do BERJ (Nota 10), o BERJ deve repassá-los ao Estado do Rio de Janeiro. Em 2013, referido montante foi transferido para a rubrica em que foram registrados os depósitos em questão, Devedores por Depósitos em Garantia.				
18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
a) Capital social				
O capital social no montante de R\$ 50.227.315 mil (2012 - R\$ 50.227.315 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 149.300 ações ordinárias (2012 - 149.300 ações ordinárias).				
b) Composição do capital social				
	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	R\$ mil
Em 1ª de janeiro de 2012	20.734.349.637	15.431.569.341	36.165.918.978	4.227.315
Aumento de Capital - AGE de 8.10.2012 (1)	11.194.894.021.901	(15.431.569.341)	11.215.628.371.538	23.000.000
Aumento de Capital - AGE de 10.10.2012 (2)	11.179.462.452.560	-	22.395.090.824.098	23.000.000
Grupamento de ações - AGE de 10.10.2012 (3)	149.300	-	149.300	-
Em 31 de dezembro de 2013.....	149.300	-	149.300	50.227.315
(1) Aumento do capital social no montante de R\$ 23.000.000 mil, mediante a emissão de 11.179.462.452.560 novas ações ordinárias, ao preço unitário de R\$ 0,002057344, subscritas em sua totalidade pelo controlador (Banco Bradesco S.A.) e conversão das ações preferenciais existentes em ordinárias;				
(2) Aumento do capital social no montante de R\$ 23.000.000 mil, mediante a emissão de 11.179.462.452.560 novas ações ordinárias, ao preço unitário de R\$ 0,002057344, subscritas em sua totalidade pelo controlador (Banco Bradesco S.A.); e				
(3) Grupamento da totalidade das ações na proporção de 150.000.000 para uma.				
c) Reserva de reavaliação				
No exercício de 2012, foi revertida a reserva de reavaliação em contrapartida a conta de Bens Não de Uso, no valor de R\$ 1.326 mil, tendo em vista a ação de desapropriação e imissão na posse do expropriante, conforme exposto na Nota 10.				
d) Dividendos e juros sobre o capital próprio				
Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários ou, em adição aos mesmos.				
I - Dividendos				
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não foram provisionados dividendos devido à Inexistência de base de cálculo.				
II - Juros sobre o capital próprio				
Em reunião da Diretoria realizada em 20 de dezembro de 2013 foi deliberado o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.800.000 mil. Nos termos da Lei nº 9.249/95, os juros sobre o capital próprio constituem despesa financeira com benefício fiscal representado na dedutibilidade na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social até os limites definidos.				
19) DESPESAS DE PESSOAL				
	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012		
Proventos	2.117	1.767		
Encargos sociais	895	763		
Benefícios	839	780		
Participação dos empregados no lucro	426	372		
Outras.....	57	-		
Total	4.334	3.682		
20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS				
	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012		
Serviços técnicos especializados.....	3.074	9.151		
Condomínios	2.555	1.461		
Contribuições filantrópicas	2.200	-		
Serviços de terceiros	1.841	1.648		
Sistema financeiro	542	289		
Propaganda, publicidade e publicações.....	467	247		
Aluguéis.....	452	482		
Manutenção e conservação de bens.....	376	70		
Viagem no País	178	254		
Transportes	79	100		
Comunicação.....	67	12		
Processamento de dados.....	55	16		
Depreciações e amortizações	44	10		
Materiais, energia e outros.....	25	25		
Outros.....	1.143	493		
Total	13.098	14.258		
21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS				
	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012		
Contribuição à COFINS.....	171.035	29.834		
Contribuição ao PIS.....	27.793	4.823		
Impostos e taxas (1).....	6.328	2.894		
Despesas com impostos - IPTU	1.273	1.483		
Outros (2)	3.995	-		
Total	210.424	39.034		
(1) Em 2013, inclui o valor de principal referente à Contribuição ao Salário-Educação, no valor de R\$ 3.239 mil (Nota 17a); e				
(2) Valor de principal referente a débitos de ISS, resultantes de Autos de Infração lavrados em 1995 e 1996, antes registrados como Contingências Fiscais (Nota 16b), reconhecidos em razão da adesão ao programa de pagamento incentivado da Prefeitura do Rio de Janeiro (PPI Carioca).				
22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS				
	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012		
Outras rendas operacionais (1).....	59.689	48.708		
Reversão de provisão operacional (2).....	13.046	39.196		
Recuperação de encargos e despesas.....	5.775	4.358		
Total	78.510	92.262		
(1) Composto substancialmente por variação monetária de TR + 0,5% a.m. sobre os precatórios a receber; e				
(2) Em 2013, inclui a reversão de provisão da Contribuição ao Salário-Educação, de R\$ 6.535 mil e, reversão de provisão dos débitos de ISS, incluídos no PPI Carioca, no valor de R\$ 5.695 mil.				
23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS				
	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012		
Despesa com patrocínio de caráter cultural.....	18.815	-		
Atualização dos tributos e contribuições (1).....	9.791	12.328		
Multas e juros (2).....	5.006	-		
Ação cível em andamento	-	18.449		
Atualização monetária de passivos	-	91		
Provisões fiscais.....	8.306	6.104		
Outras.....	544	1.694		
Total	42.462	38.666		
(1) Refere-se à atualização do parcelamento da Lei nº 11.941/2009; e				
(2) Refere-se basicamente a multas e juros dos débitos de ISS incluídos no PPI Carioca, no valor de R\$ 1.700 mil, e, multa e juros referentes à Contribuição ao Salário-Educação, de R\$ 3.296 mil.				
24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL				
	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012		
Reversão de provisões não operacionais (1).....	26.121	147.590		
Rendas de aluguéis a receber.....	6.600	8.213		
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(98)	(1.941)		
Provisão para perdas de aluguéis a receber.....	(3.871)	(9.510)		
Resultado na baixa de valores e bens (Nota 10)	15.624	(70.087)		
Atualização de depósitos recursais.....	450	620		
Outras.....	171	-		
Total	44.997	74.885		
(1) Reversão de provisão para desvalorização de imóveis por motivo de venda. Em 2012 a reversão de provisão foi ocasionada pela baixa dos imóveis desapropriados pelo Estado do Rio de Janeiro e Municipalidade de São Paulo (Nota 10).				
25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS				
a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:				
	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5):				
Banco Bradesco S.A.	42.966.025	41.714.086	3.631.280	642.796
Aplicações no mercado aberto (Nota 5):				
Banco Bradesco S.A.	56.985	10.005	20.882	7.322
Captações em depósitos interfinanceiros (Nota 14a):				
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	(6.634)
Obrigações por operações compromissadas (Nota 14b):				
Banco Bradesco S.A.	(18.417.166)	-	(527.992)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (Nota 18d):				
Banco Bradesco S.A.	(1.031.894)	-	-	-
Banco Bradesco Cartões S.A.	(498.106)	-	-	-
continua...				

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.
(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e alguns de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

Para 2013, foi determinado o valor máximo de R\$ 110 mil (2012 - não houve determinação de valor).

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.030.853	754.181
Encargo total do imposto de renda e contribuição social a alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(1.612.341)	(301.672)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	1.617	1.463
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(14.294)	(41)
Ativação de créditos de exercícios anteriores	-	1.464.859
Pagamento juros sobre o capital próprio	720.000	-
Outros valores	20.713	(5.178)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(884.305)	1.159.431

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(662.283)	(178.310)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	70.692	(48.350)
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(109.644)	(29.523)
Prejuízo fiscal	(183.070)	(49.245)
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos:		
Base negativa de contribuição social	-	546.899
Prejuízo fiscal	-	708.287
Adições temporárias	-	209.673
Total dos impostos diferidos.....	(222.022)	1.337.741
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(884.305)	1.159.431

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	31.12.2012	Constituição	Realização	31.12.2013
Provisão para créditos de liquidação				
duvidosa	28.154	803	21.582	7.375
Provisões cíveis.....	27.871	2.613	35	30.449
Provisões fiscais	24.973	88.464	5.116	108.321
Provisões trabalhistas	31	183	9	205
Ajuste valor de mercado dos títulos para negociação	605	1.402	605	1.402
Outras provisões	17.731	12.304	58	29.977
Desvalorização de bens não de uso	61.958	39	7.711	54.286
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	161.323	105.808	35.116	232.015
Prejuízo fiscal/base negativa.....	1.176.418	-	292.714	883.704
Subtotal	1.337.741	105.808	327.830	1.115.719
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda.....	-	29.671	-	29.671
Total dos créditos tributários (Nota 9)	1.337.741	135.479	327.830	1.145.390
Obrigações fiscais diferidas (Nota 17a)	36.502	2.969	3.981	35.490
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	1.301.239	132.510	323.849	1.109.900

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A. (anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A., nova denominação social do Banco BERJ S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil					
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014.....	24.585	14.751	386.145	231.687	657.168
2015.....	69.282	41.569	89.827	176.045	376.723
2016.....	48.019	28.811	-	-	76.830
2017.....	3.123	1.875	-	-	4.998
Total	145.009	87.006	475.972	407.732	1.115.719

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 1.076.150 mil (2012 - R\$ 1.278.168 mil) sendo R\$ 218.011 mil (2012 - R\$ 154.130 mil) de diferenças temporárias e R\$ 858.139 mil (2012 - R\$ 1.124.038 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 35.490 mil (2012 - R\$ 36.502 mil) relativo a ganho de capital e atualização monetária de depósitos judiciais PIS/COFINS.

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização Bradesco são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.

A Organização Bradesco exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

c) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício totalizou R\$ 57 mil (2012 - R\$ 27 mil).

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

f) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Sheyla da Costa Nunes – Contadora – CRC RJ-066306/O-1

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)
CNPJ 33.147.315/0001-15
Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), anteriormente denominado Banco BERJ S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, produzidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 3,1 bilhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 49,2 bilhões e Ativos Totais no montante de R\$ 70,2 bilhões.

A Instituição declara, também, em atendimento aos termos do Artigo 11º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional, que as operações da Instituição estão sendo adequadas para consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios submetido e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,
Rio de Janeiro, RJ, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE	8.601.923	46.206.074	CIRCULANTE	20.558.180	168.781
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	53	54	OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	18.202.290	-
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	1.796.754	41.724.091	Recompras a Liquidar - Carteira Própria	18.202.290	-
Aplicações no Mercado Aberto	56.985	10.005	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS		
Depósitos Interfinanceiros	1.739.769	41.714.086	(Nota 15)	1.254	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Outras Instituições	1.254	-
DERIVATIVOS (Nota 6)	5.330.669	3.358.711	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.354.636	168.781
Carteira Própria	5.056.191	3.358.711	Sociais e Estatutárias	1.530.000	-
Vinculados a Operações Compromissadas	252.558	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 17a)	732.825	166.704
Vinculados à Prestação de Garantias	21.920	-	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.232	1.230
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 7)	-	-	Diversas (Nota 17b)	90.579	847
Créditos Vinculados	352	352			
Provisão para Créditos Vinculados ao SFH	(352)	(352)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	195.841	116.203			
Empréstimos e Financiamentos	196.068	116.203	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	375.162	452.465
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(227)	-	OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	214.876	-
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	1.233.140	955.970	Recompras a Liquidar - Carteira Própria	214.876	-
Rendas a Receber	1.179	859	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS		
Diversos	1.232.271	955.111	(Nota 15)	-	1.252
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(310)	-	Outras Instituições	-	1.252
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	45.466	51.045	OUTRAS OBRIGAÇÕES	160.286	451.213
Outros Valores e Bens	181.181	205.941	Fiscais e Previdenciárias (Nota 17a)	160.229	265.214
Provisões para Desvalorizações	(135.715)	(154.896)	Diversas (Nota 17b)	57	185.999
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	61.534.431	2.320.535			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	41.226.256	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 18)	49.229.309	47.927.267
Depósitos Interfinanceiros	41.226.256	-	Capital:		
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			- De Domiciliados no País	50.227.315	50.227.315
DERIVATIVOS (Nota 6)	18.129.380	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(44.506)	-
Vinculados a Operações Compromissadas	18.129.380	-	Prejuízos Acumulados	(953.500)	(2.300.048)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	1.473.393	1.302.409			
Empréstimos e Financiamentos	1.474.427	1.302.409			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.034)	-			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	705.402	1.018.126			
Diversos	711.725	1.020.643			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.323)	(2.517)			
PERMANENTE	26.297	21.904			
INVESTIMENTOS	25.643	21.735			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 11)	25.642	21.734			
Outros Investimentos	1	1			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	371	169			
Imóveis de Uso	-	132			
Outras Imobilizações de Uso	423	52			
Depreciações Acumuladas	(52)	(15)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	283	-			
Outros Ativos Intangíveis	288	-			
Amortizações Acumuladas	(5)	-			
TOTAL	70.162.651	48.548.513	TOTAL	70.162.651	48.548.513

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro			2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2013	2012			2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.012.653	4.706.995	685.657	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Operações de Crédito (Nota 8)	88.104	150.761	495	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários				Contribuição Social	2.431.577	4.030.853	754.181
(Nota 6d)	2.918.435	4.550.120	685.162	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	114.909	161.024	(59.908)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.114	6.114	-	Constituição/(Reversão) para Créditos de Liquidação			
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	469.694	533.374	6.641	Duvidosa	2.320	5.377	(9.077)
Operações de Captações no Mercado (Notas 14a e b)	467.369	527.992	6.634	Depreciações e Amortizações	30	44	10
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 15b)	5	5	7	(Reversão) por Desvalorização de Ativos	(5.669)	(19.181)	(144.691)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa				Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(993)	(4.043)	(3.658)
(Notas 8d e 9)	2.320	5.377	-	Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	125.981	194.245	27.422
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.542.959	4.173.621	679.016	Outros	(6.760)	(15.418)	70.086
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(125.926)	(187.765)	280	Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e			
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(2.463)	(4.334)	(3.682)	Contribuição Social	2.546.486	4.191.877	694.273
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(7.439)	(13.098)	(14.258)	Variação de Ativos e Obrigações	15.239.467	15.419.844	(46.690.173)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(122.520)	(210.424)	(39.034)	(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de			
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas				Liquidez	1.028.801	(651.939)	(41.714.086)
(Nota 11)	993	4.043	3.658	Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central			
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	36.643	78.510	92.262	do Brasil	-	-	52
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(31.140)	(42.462)	(38.666)	(Aumento) em Títulos para Negociação e Instrumentos			
RESULTADO OPERACIONAL	2.417.033	3.985.856	679.296	Financeiros Derivativos	(567.801)	(1.141.453)	(3.358.710)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	14.544	44.997	74.885	Redução em Relações Interfinanceiras	13	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O				(Aumento) em Operações de Crédito	(101.780)	(251.884)	(1.418.612)
LUCRO	2.431.577	4.030.853	754.181	(Aumento) em Outros Créditos	(169.177)	(190.449)	(165.673)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				(Redução) em Depósitos Interfinanceiros	-	-	(78.393)
(Nota 26)	(242.974)	(884.305)	1.159.431	Aumento em Obrigações por Operações Compromissadas	15.462.792	18.417.166	-
LUCRO LÍQUIDO	2.188.603	3.146.548	1.913.612	Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses ...	2	2	3
Número de ações (Nota 18a)	149.300	149.300	149.300	Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	1.538	(115.619)	74.367
Lucro por ação em R\$	14.659,10	21.075,34	12.817,23	Impostos Pagos	(414.921)	(645.980)	(29.121)
				Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades			
				Operacionais	17.785.953	19.611.721	(45.995.900)
				Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
				Aumento de Capital	-	-	46.000.000
				Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades			
				de Financiamentos	-	-	46.000.000
				Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
				(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda ...	(17.205.455)	(19.004.393)	-
				Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(220)	(711)	(282)
				Aquisição de Imobilizado de Uso	(12)	(241)	(167)
				Alienação de Imobilizado de Uso	-	-	36
				Alienação de Bens Não de Uso Próprio	12.816	40.891	337
				Aquisição de Intangível	(288)	(288)	-
				Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades			
				de Investimentos	(17.193.159)	(18.964.742)	(76)
				Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	592.794	646.979	4.024
				Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	64.244	10.059	6.035
				Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	657.038	657.038	10.059
				Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	592.794	646.979	4.024

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

• Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentadas na Nota 16.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	53	54
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	656.985	10.005
Total caixa e equivalentes de caixa	657.038	10.059

(1) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
					2013				
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos públicos	-	-	-	34.184	34.184	34.193	(9)	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	34.184	34.184	34.193	(9)	-	-
Títulos privados	766.591	926.199	530.703	21.202.372	23.425.865	23.503.538	(77.673)	3.358.711	(1.512)
Debêntures	-	330.287	530.703	21.202.372	22.063.362	22.136.711	(73.349)	3.057.794	-
Notas promissórias	331.153	595.912	-	-	927.065	931.389	(4.324)	300.917	(1.512)
Fundos de investimentos	435.438	-	-	-	435.438	435.438	-	-	-
Total em 2013	766.591	926.199	530.703	21.236.556	23.460.049	23.537.731	(77.682)	3.358.711	(1.512)
Total em 2012	-	300.917	-	3.057.794	-	-	-	-	-

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
					2013				
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2):	766.591	168.507	457.889	3.107.176	4.500.163	4.503.668	(3.505)	3.358.711	(1.512)
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	34.184	34.184	34.193	(9)	-	-
Debêntures	-	-	457.889	3.072.992	3.530.881	3.532.409	(1.528)	3.057.794	-
Notas promissórias	331.153	168.507	-	-	499.660	501.628	(1.968)	300.917	(1.512)
Fundos de investimentos	435.438	-	-	-	435.438	435.438	-	-	-
Títulos disponíveis para venda:	-	757.692	72.814	18.129.380	18.959.886	19.034.063	(74.177)	-	-
Debêntures	-	330.287	72.814	18.129.380	18.532.481	18.604.302	(71.821)	-	-
Outros	-	427.405	-	427.405	429.761	429.761	(2.356)	-	-
Total em 2013	766.591	926.199	530.703	21.236.556	23.460.049	23.537.731	(77.682)	3.358.711	(1.512)
Total em 2012	-	300.917	-	3.057.794	-	-	-	-	-

(1) O Valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como “para negociação” estão demonstrados no ativo circulante.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

d) Resultados com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	3.652.162	650.118
Títulos de renda fixa	870.115	35.044
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	27.843	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.114	-
Total	4.556.234	685.162

7) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

Créditos vinculados

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Créditos vinculados ao SFH (1)	352	352
Provisão para créditos vinculados ao SFH	(352)	(352)
Total	-	-

(1) Saldo residual de contrato de financiamento de responsabilidade do Fundo de Compensação e Variação Salarial (FCVS), com provisão total para perda.

b) Composição das operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	Saldo da carteira				Provisão				
	Curso normal	Curso anormal		Total	%	Específica		Genérica	Total
		Vencidas	Vincendas			Vencidas	Vincendas		
AA	1.418.252	-	-	1.418.252	84,8	-	-	-	-
A	253.207	-	-	253.207	15,2	-	-	1.266	1.266
B	174	-	-	174	-	-	-	1	1
C	622	4	43	669	-	-	1	19	20
Subtotal (1)	1.672.255	4	43	1.672.302	100,0	-	1	1.286	1.287
D	179	-	-	179	-	-	-	18	18
E	331	-	-	331	-	-	-	100	100
H	-	146	71	217	-	146	71	-	217
Subtotal (2)	510	146	71	727	-	146	71	118	335
Total em 2013	1.672.765	150	114	1.673.029	100,0	146	72	1.404	1.622
Total em 2012	1.418.118	-	494	1.418.612	100,0	-	-	-	-

c) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Total			
	2013	%	2012	%
Setor privado	1.670.834	99,9	1.418.612	100,0
Serviços	8	-	-	-
Transportes e armazenagens	1.569.272	93,8	1.418.612	100,0
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços	101.223	6,1	-	-
Holdings, atividades jurídicas e contábeis	331	-	-	-
Construção civil	2.195	0,1	-	-
Pessoa física	1.673.029	100,0	1.418.612	100,0

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Saldo inicial	-	-
Constituição de provisão	1.622	-
Saldo final (1)	1.622	-
- Provisão específica (2)	218	-
- Provisão genérica (3)	1.404	-

(1) Inclui R\$ 361 mil de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 9);

(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e

(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 5 anos	2013	2012
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
- Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	10.005
- Letras do Tesouro Nacional	56.985	-	-	-	56.985	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	600.000	-	1.139.769	41.226.256	42.966.025	41.714.086
Total em 2013	656.985	-	1.139.769	41.226.256	43.023.010	-
%	1,53	-	2,65	95,82	100,00	-
Total em 2012	10.005	41.714.086	-	-	-	41.724.091
%	0,02	99,98	-	-	-	100,00

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	20.882	7.322
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.631.280	642.796
Total (Nota 6d)	3.652.162	650.118

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
							2013	2012	
Empréstimos e títulos descontados (1)	11.494	13.527	12.106	56.534	102.407	1.474.427	1.670.495	1.418.612	
Outros créditos	527	656	113	337	503	398	2.534	-	
Total em 2013	12.021	14.183	12.219	56.871	102.910	1.474.825	1.673.029		
Total em 2012	6.419	9.818	9.750	29.796	60.420	1.302.409		1.418.612	

(1) O BERJ adquiriu créditos de titularidade do Banco Bradesco S.A., oriundos de Operações de Capital de Giro, mediante Contratos de Cessão de Crédito sem Coobrigação.

9) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendas a receber	1.179	859
Diversos		
Títulos e créditos a receber (1)	270.352	295.377
Devedores por depósitos em garantia (2)	495.226	284.742
Impostos e contribuições a compensar (3)	12.800	24.051
Pagamentos a ressarcir (4)	15.013	33.008
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c)	1.145.390	1.337.741
Devedores por compra de valores e bens	2.534	-
Outros	2.681	835
Subtotal de outros créditos - diversos	1.943.996	1.975.754
Provisão para outros créditos		
Com característica de concessão de crédito	(361)	-
Sem característica de concessão de crédito (5)	(6.272)	(2.517)
Subtotal de provisão para outros créditos	(6.633)	(2.517)
Total de outros créditos	1.938.542	1.974.096

(1) Inclui: (i) Precatórios emitidos pela União, decorrentes de ganhos em processos de restituição de diferenças recolhidas de outubro de 1988 a setembro de 1991, relativas a majorações das alíquotas introduzidas na cobrança do FINSOCIAL 88, conforme art. 7º e 9º da Lei nº 7.689/88 e art. 1º da Lei nº 8.147/90. Em 31 de dezembro de 2013, tais precatórios expedidos estão apresentados pelo valor de R\$ 246.204 mil (2012 - R\$ 282.226 mil), deduzido das parcelas depositadas e não liberadas em 2010, 2011, 2012 e 2013 líquidos de provisão, no montante de R\$ 3.048 mil; (ii) Precatórios oriundos da restituição da CSLL/1988, reconhecida pela União, no valor de R\$ 9.301 mil (2012 - R\$ 10.209 mil), líquido de provisão, no valor de R\$ 370 mil;

continua...

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(2) Aumento do capital social no montante de R\$ 23.000.000 mil, mediante a emissão de 11.179.462.452.560 novas ações ordinárias, ao preço unitário de R\$ 0,002057344, subscritas em sua totalidade pelo controlador (Banco Bradesco S.A.); e

(3) Grupamento da totalidade das ações na proporção de 150.000.000 para uma.

c) Reserva de reavaliação

No exercício de 2012, foi revertida a reserva de reavaliação em contrapartida a conta de Bens Não de Uso, no valor de R\$ 1.326 mil, tendo em vista a ação de desapropriação e imissão na posse do expropriante, conforme exposto na Nota 10.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

I - Dividendos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não foram provisionados dividendos devido à inexistência de base de cálculo.

II - Juros sobre o capital próprio

Em reunião da Diretoria realizada em 20 de dezembro de 2013 foi deliberado o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 1.800.000 mil. Nos termos da Lei nº 9.249/95, os juros sobre o capital próprio constituem despesa financeira com benefício fiscal representado na dedutibilidade na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social até os limites definidos.

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Proventos	2.117	1.767
Encargos sociais	895	763
Benefícios	839	780
Participação dos empregados no lucro	426	372
Outras	57	-
Total	4.334	3.682

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços técnicos especializados	3.074	9.151
Condomínios	2.555	1.461
Contribuições filantrópicas	2.200	-
Serviços de terceiros	1.841	1.648
Sistema financeiro	542	289
Propaganda, publicidade e publicações	467	247
Aluguéis	452	482
Manutenção e conservação de bens	376	70
Viagem no País	178	254
Transportes	79	100
Comunicação	67	12
Processamento de dados	55	16
Depreciações e amortizações	44	10
Materiais, energia e outros	25	25
Outros	1.143	493
Total	13.098	14.258

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS	171.035	29.834
Contribuição ao PIS	27.793	4.823
Impostos e taxas (1)	6.328	2.894
Despesas com impostos - IPTU	1.273	1.483
Outros (2)	3.995	-
Total	210.424	39.034

(1) Em 2013, incluí o valor de principal referente à Contribuição ao Salário-Educação, no valor de R\$ 3.239 mil (Nota 17a); e

(2) Valor de principal referente a débitos de ISS, resultantes de Autos de Infração lavrados em 1995 e 1996, antes registrados como Contingências Fiscais (Nota 16b), reconhecidos em razão da adesão ao programa de pagamento incentivado da Prefeitura do Rio de Janeiro (PPI Carioca).

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Outras rendas operacionais (1)	59.689	48.708
Reversão de provisão operacional (2)	13.046	39.196
Recuperação de encargos e despesas	5.775	4.358
Total	78.510	92.262

(1) Composto substancialmente por variação monetária de TR + 0,5% a.m. sobre os precatórios a receber; e

(2) Refere-se basicamente a multas e juros dos débitos de ISS incluídos no PPI Carioca, no valor de R\$ 1.700 mil, e, multa e juros referentes à Contribuição ao Salário-Educação, de R\$ 3.296 mil.

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Despesa com patrocínio de caráter cultural	18.815	-
Atualização dos tributos e contribuições (1)	9.791	12.328
Multas e juros (2)	5.006	-
Ação cível em andamento	-	18.449
Atualização monetária de passivos	-	91
Provisões fiscais	8.306	6.104
Outras	544	1.694
Total	42.462	38.666

(1) Refere-se à atualização do parcelamento da Lei nº 11.941/2009; e

(2) Refere-se basicamente a multas e juros dos débitos de ISS incluídos no PPI Carioca, no valor de R\$ 1.700 mil, e, multa e juros referentes à Contribuição ao Salário-Educação, de R\$ 3.296 mil.

24) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reversão de provisões não operacionais (1)	26.121	147.590
Rendas de aluguéis a receber	6.600	8.213
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(98)	(1.941)
Provisão para perdas de aluguéis a receber	(3.871)	(9.510)
Resultado na baixa de valores e bens (Nota 10)	15.624	(70.087)
Atualização de depósitos recursais	450	620
Outras	171	-
Total	44.997	74.885

(1) Reversão de provisão para desvalorização de imóveis por motivo de venda. Em 2012 a reversão de provisão foi ocasionada pela baixa dos imóveis desapropriados pelo Estado do Rio de Janeiro e Municipalidade de São Paulo (Nota 10).

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5):				
Banco Bradesco S.A.	42.966.025	41.714.086	3.631.280	642.796
Aplicações no mercado aberto (Nota 5):				
Banco Bradesco S.A.	56.985	10.005	20.882	7.322
Captações em depósitos interfinanceiros (Nota 14a):				
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	(6.634)
Obrigações por operações compromissadas (Nota 14b):				
Banco Bradesco S.A.	(18.417.166)	-	(527.992)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (Nota 18d):				
Banco Bradesco S.A.	(1.031.894)	-	-	-
Banco Bradesco Cartões S.A.	(498.106)	-	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
- A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e alguns de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.
- Para 2013, foi determinado o valor máximo de R\$ 110 mil (2012 - não houve determinação de valor).
- A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.030.853	754.181
Encargo total do imposto de renda e contribuição social a alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(1.612.341)	(301.672)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	1.617	1.463
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(14.294)	(41)
Ativação de créditos de exercícios anteriores	-	1.464.859
Pagamento juros sobre o capital próprio	720.000	-
Outros valores	20.713	(5.178)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(884.305)	1.159.431

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(662.283)	(178.310)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	70.692	(48.350)
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(109.644)	(29.523)
Prejuízo fiscal	(183.070)	(49.245)
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos:		
Base negativa de contribuição social	-	546.899
Prejuízo fiscal	-	708.287
Adições temporárias	-	209.673
Total dos impostos diferidos	(222.022)	1.337.741
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(884.305)	1.159.431

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	31.12.2012	Constituição	Realização	31.12.2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.154	803	21.582	7.375
Provisões cíveis	27.871	2.613	35	30.449
Provisões fiscais	24.973	88.464	5.116	108.321
Provisões trabalhistas	31	183	9	205
Ajuste valor de mercado dos títulos para negociação	605	1.402	605	1.402
Outras provisões	17.731	12.304	58	29.977
Desvalorização de bens não de uso	61.958	39	7.711	54.286
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	161.323	105.808	35.116	232.015
Prejuízo fiscal/base negativa	1.176.418	-	292.714	883.704
Subtotal	1.337.741	105.808	327.830	1.115.719
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	29.671	-	29.671
Total dos créditos tributários (Nota 9)	1.337.741	135.479	327.830	1.145.390
Obrigações fiscais diferidas (Nota 17a)	36.502	2.969	3.981	35.490
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	1.301.239	132.510	323.849	1.109.900

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2014	24.585	14.751	386.145	231.687	657.168
2015	69.282	41.569	89.827	176.045	376.723
2016	48.019	28.811	-	-	76.830
2017	3.123	1.875	-	-	4.998
Total	145.009	87.006	475.972	407.732	1.115.719

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 1.076.150 mil (2012 - R\$ 1.278.168 mil) sendo R\$ 218.011 mil (2012 - R\$ 154.130 mil) de diferenças temporárias e R\$ 858.139 mil (2012 - R\$ 1.124.038 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 35.490 mil (2012 - R\$ 36.502 mil) relativo a ganho de capital e atualização monetária de depósitos judiciais PIS/COFINS.

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização Bradesco são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.

A Organização Bradesco exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

c) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício totalizou R\$ 57 mil (2012 - R\$ 27 mil).

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

continua...

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

(Anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

- e) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:
- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A. (anteriormente denominado Banco BERJ S.A.)

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A., nova denominação social do Banco BERJ S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a

- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

- f) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Sheyla da Costa Nunes – Contadora – CRC RJ-066306/O-1

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício, findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014

Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

BANCO MUNDIAL

País é reprovado em logística

Brasil cai 20 posições em ranking que mede a eficiência dos sistemas de transporte em 160 países, passando a ocupar o 65º lugar, o pior nas quatro edições do estudo, e atrás de nações como Chilem, México e Argentina

» ALTAMIRO SILVA JÚNIOR
DA AGÊNCIA ESTADO

O Brasil caiu 20 posições no ranking mundial de logística feito pelo Banco Mundial que mede a eficiência dos sistemas de transporte em 160 países. O relatório, divulgado nesta quinta-feira, mostra que o País passou a ocupar a 65ª posição, em levantamento liderado pela Alemanha, Holanda e Bélgica.

O ranking é divulgado a cada dois anos pelo Banco Mundial desde 2007 e esta é a pior posição que o Brasil já ocupou nas quatro edições até agora. No estudo anterior, de 2012, o País estava na 45ª posição e, na sua melhor colocação, chegou a 41º em 2010. No lançamento do ranking, em 2007, ocupava o 61º lugar.

No documento, outros países da América Latina estão em posição melhor que o Brasil, como o Chile (42º, o melhor classificado da região), México (50º) e Argentina (60º). O último classificado entre os 160 países é a Somália. Afeganistão e a República Democrática do Congo estão nas duas penúltimas posições.

A principal conclusão do estudo é que a diferença na logística entre países com melhor sistema de transporte e aqueles com pior rede ainda é muito grande, apesar da ligeira melhora desde 2007, quando o estudo começou a ser feito.

O Banco Mundial reconhece que reformas no setor são complexas e a melhora do transporte exige pesados investimentos, o que dificulta o avanço em países em desen-



Não adianta melhorar a infraestrutura sem resolver os problemas das fronteiras."

Jean-François Arvis

Economista do Banco Mundial idealizador do estudo

volvimento. Países de alta renda dominam as primeiras dez posições do ranking, destaca a instituição no material enviado à imprensa.

"Não adianta melhorar a infraestrutura sem resolver os problemas das fronteiras", destaca em comunicado o economista da instituição especialista em transporte e idealizador do estudo, Jean-François Arvis.

O Banco Mundial avalia vários fatores para montar o ranking geral. Entre eles, a qualidade da infraestrutura de transporte, os serviços e a eficiência do processo de liberação nas alfândegas, rastreamento de cargas, cumprimento dos prazos das entregas e facilidade de encontrar fretes com preços competitivos.

A instituição ouviu cerca de mil profissionais de logística

pelo mundo. Com base nas entrevistas e na metodologia, o Banco Mundial desenvolveu o Índice de Desempenho Logístico (LPI, na sigla em inglês), que é usado para organizar o ranking.

Alfândega

O Banco Mundial também divulgou a classificação dos países em seis itens específicos na área de logística e transporte, usados em conjunto para determinar a classificação geral. O segmento que o Brasil está melhor colocado é na "qualidade e competência logística" (na 50ª posição) e o pior no "serviço de aduanas e alfândegas" (94ª). Na categoria "rastreamento e monitoração" está em 62º e nas "entregas internacionais" em 81º.

ESTADOS UNIDOS

Fed divulga resultado de testes de estresse de 30 bancos

DA AGÊNCIA ESTADO

O teste anual de saúde financeira do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) com grandes bancos mostrou que as maiores companhias dos Estados Unidos são fortes o suficiente para resistir a uma crise econômica grave, o que pode abrir caminho para que os bancos recompensem os investidores com dividendos e recompras de ações.

O Fed informou que 29 das 30 maiores instituições têm capital suficiente para continuar fornecendo crédito, mesmo quando confrontados com um choque hipotético para a economia dos EUA que duraria até 2015, incluindo uma severa queda nos preços de moradias e um aumento da taxa de desemprego.

Os resultados também devem contribuir para a decisão do Fed, na próxima semana, de aprovar ou negar os planos de bancos individuais para devolver bilhões de dólares aos acionistas por meio de dividendos ou recompra de ações.

O "teste de estresse" anual do Fed visa garantir que os grandes bancos podem suportar perdas severas sem precisar de um resgate do governo.

Cenário adverso

Sob um cenário "severamente adverso" – que projeta uma profunda recessão, com o desemprego em alta, queda acentuada nos preços de imóveis e queda de quase 50% nos preços das ações ao longo de nove trimestres – o Fed observou que os 30 bancos sofreriam perdas de empréstimo de US\$ 366 bilhões. O Fed informou que os bancos estão "coletivamente melhor posicionados" para suportar essas perdas.

Os resultados do teste desta quinta-feira destacam a melhora da saúde do setor bancário, que foi forçado pelos reguladores a reforçar os níveis de capital, na esteira da crise financeira de 2008. Ainda assim, vários dos maiores bancos, incluindo o Morgan Stanley, JPMorgan Chase e Bank of America foram classi-

ficadas na parte inferior do bloco, na comparação do Fed sobre os níveis de capital dos bancos ao longo do período de novo trimestre sob condições econômicas gravemente adversas.

O Bank of America teve o pior desempenho entre os grandes bancos que passaram no teste. A instituição teria perdido US\$ 49 bilhões antes de impostos, o montante mais alto entre qualquer dos seus pares. Apenas Zions Bancorp, um credor regional com sede em Salt Lake City, mostrou níveis de capital durante o cenário de crise de dois anos que não cumpriram as normas mínimas do Fed.

O banco central dos EUA informou que Zions tinha uma proporção de capital Tier 1 comum de 3,5%, abaixo do mínimo de 5% do Fed. Zions disse anteriormente que provavelmente reenviaria o seu plano de capital para o Fed, em função da venda de determinados títulos de dívida como resultado da regra Volcker, que o Fed e outros reguladores adotaram em dezembro.

COMÉRCIO

Mercosul e UE discutem acordo

DA AGÊNCIA BRASIL

Sem conseguirem consenso, há 14 anos, na busca de acordo entre os dois blocos, Mercosul e União Europeia podem, finalmente, trocar propostas para um acordo de livre comércio. Nesta sexta-feira, em Bruxelas, técnicos europeus e sul-americanos se reúnem para reavaliar a questão em um cenário de mais otimismo, e o encontro poderá ser o último passo antes da troca de propostas de alto nível. Segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo, a oferta do Mercosul está em fase "finalíssima".

"Nós do Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina já definimos nossas propostas individuais, que são bastante ambiciosas, e estamos na fase de cruzamento de ofertas para a apresentação de oferta comum. Haverá um encontro técnico importante em que as duas partes dirão uma à outra qual o formato de sua oferta, sem descer a pormenores. As duas ofertas entrarão, aí sim, numa fase final de concretude para que possamos trocar ofertas o mais rápido possível", disse Figueiredo, em Lisboa, Portugal, onde está em visita oficial.

Por meio da assessoria de comunicação, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informou que, após os blocos trocarem propostas, haverá um período para análise e discussão internas. Depois, possivelmente, acontecerá uma nova rodada de negociações. Há expectativa do governo de que o processo possa ser concluído até junho deste ano.

A União Europeia e o Mercosul iniciaram em 2000 as negociações para um acordo comercial. O diálogo foi suspenso em 2004 e retomado somente em 2010. Desde então, tem havido uma série de encontros no Mercosul para harmonizar a oferta entre os países-membros. O principal obstáculo a um entendimento tem sido a Argentina. A Venezuela, admitida recentemente no bloco, ainda está se adequando à tarifa comum e por isso não participa das tratativas com os europeus.